

Dívida: negociações

Fernão Bracher dá a entender aos credores que o pagamento da dívida será

10

JORNAL DA TARDE

na estaca zero.

negociado em bases completamente novas. Mas não diz quais.

Aproximando-se do ponto de vista defendido pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, disse ontem, em Nova York, que o Brasil quer chegar a um entendimento com seus credores, mas não fará nenhum acordo com o FMI. Na verdade, segundo explicou ontem um assessor do Ministério da Fazenda, essa posição não significa que se pretenda chegar a um rompimento com o FMI. A idéia, segundo ele, é montar programa de ajustamento para a economia brasileira, em 1986, baseando-se nas necessidades internas do País, e não nas fórmulas recessivas do Fundo. Depois de pronto, esse programa seria encaminhado ao FMI e bancos credores (o que Fernão Bracher está fazendo esta semana nos Estados Unidos).

O assessor acrescentou que Funaro, refletindo a orientação do presidente José Sarney, está deixando claro à comunidade econômica internacional que o Brasil acharia bom o FMI aprovar o programa de ajustamento, o que facilitaria a conclusão de um acordo. "Mas se o Fundo não aprovar, tudo bem. Não vamos modificá-lo e continuaremos negociando com os bancos credores", completou.

O Brasil está disposto a pedir um prazo entre dois e cinco anos para reescalonar o pagamento do principal de sua dívida externa. Foi o que disse o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, ontem, a William Rhodes, chefe do comitê assessor da dívida brasileira, sediado em Nova York. Segundo o assessor de Imprensa do BC, Jorge Luiz de Souza, Bracher não chegou a fazer propriamente uma proposta, porque as negociações começarão, na prática, em janeiro de 1986. Não foi aceita também nenhuma proposta para renegociar as linhas de crédito de curto prazo, a vencer em 17 de janeiro próximo.

O recado ao comitê assessor significa que Fernão Bracher abandonou definitivamente a tese do ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, que estava negociando com os bancos um prazo de carência de sete anos (que agora pode ser de dois ou cinco), durante o qual o Brasil só pagaria juros e comissões, deixando as amortizações para serem saldaadas a partir do começo da próxima década. Não foi explicado o porquê dessa mudança de postura, mas, bem antes de viajar, Bracher havia demonstrado que tudo começaria da estaca zero.

O presidente do Federal Reserve (banco central norte-americano), Paul Volcker; o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière; e o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Antonio Ortiz Mena, mostraram "boa receptividade" às exposições de Bracher sobre o "pacote" econômico votado pelo Congresso no início deste mês. Larosière, porém, pediu que o Ministério da Fazenda ou o próprio Banco Central enviasse a ele um texto claro a respeito dos efeitos do "pacote", para que as medidas fossem melhor compreendidas.

Na terça-feira, Bracher já estava em Nova York, mantendo contatos com os banqueiros. Segundo Bracher — em telefonema para seu assessor Jorge Luiz —, a recepção às medidas econômicas brasileiras foi igualmente positiva. Também em Nova York, Bracher teve um encontro com o presidente do Citibank, John Reed, e com o vice William Rhodes, chefe do comitê assessor, além de outros banqueiros importantes.

Segundo Eliane Gamal, de Nova York, o Brasil não foi ontem para a mesa de negociações com uma proposta mais concreta. Ou seja, Bracher não apresentou, por exemplo, um número exato do spread que o Brasil gostaria de pagar.

Bracher disse antes da reunião que iria propor uma taxa de risco mais baixa, mas deu a entender que o governo ainda não tem um número exato.

Por outro lado, Bracher garantiu aos credores que o Brasil não necessitará de dinheiro novo para 1986 — sendo inclusive esta mais uma razão para não se fazer um acordo com o FMI. Em relação a isso, Bracher explicou que durante sua visita a Washington, na segunda-feira, nada foi proposto ao FMI.

Ainda no encontro de ontem, o presidente do Banco Central comunicou aos banqueiros que o Brasil pretende pagar mais 25% da dívida do Comind e do Auxiliar, mas não garantiu que os outros 50 serão saldados. Mesmo assim, o presidente do Banco Central não acredita que haverá pressões maiores em relação aos projetos três e quatro por causa da questão dos dois bancos recém-liquidados.

Provavelmente hoje Bracher volta a conversar com o comitê assessor da dívida externa, sendo possível o anúncio de novas resoluções, já que o presidente do Banco Central planeja retornar ainda esta noite ao Brasil.